



Maria do Carmo quer universidade em Propriá

Projeto da senadora autoriza governo federal a criar universidade no interior de Sergipe, onde não há ensino superior gratuito e a renda é baixa. 2

Flickr

Genaldo Magela



Abertura do evento acontece hoje, às 8h30, com a presença de Garibaldi Alves

Senado promove hoje em Maceió fórum para prefeitos e vereadores

Temas como representatividade dos municípios, elaboração de orçamentos, obtenção de recursos federais e nepotismo serão debatidos hoje, em Maceió, no 3º Fórum de Integração do Legislativo. Promovido pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), o encontro tem por objetivo orientar vereadores, prefeitos e vice-prefeitos empossados em 2009 sobre as funções de parlamentares municipais e gestores públicos. 2

Genaldo Magela



O 1º secretário do Senado, Efraim Morais, participa de fórum do Interlegis

Senadores têm propostas para enfrentar a crise

O Senado deverá examinar, neste início de ano, dezenas de projetos que poderão amenizar a situação dos trabalhadores e das empresas afetados pela crise. Estão tramitando propostas que aumentam o número de parcelas do seguro-desemprego, permitem a suspensão de contratos por alguns meses e reduzem multa por demissão. 4

Isenção do IR a diabético aposentado

Projeto do senador Renan Calheiros sugere que as aposentadorias de portadores de diabetes melito fiquem isentas do Imposto de Renda (IR). A proposta, que está na Comissão de Assuntos Econômicos, inclui a doença na lista das enfermidades que preveem a isenção, como tuberculose ativa, esclerose múltipla, cegueira e hanseníase. 3

Fumódromos com novos critérios

De autoria do senador Romero Jucá, proposta que poderá ser votada, após a reabertura dos trabalhos, pelas comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais, estabelece que as áreas destinadas a fumantes deverão ser "devidamente isoladas e com arejamento conveniente". 3

Segundo proposta, área destinada a fumantes terá pelo menos um lado aberto



Wilson Darcy/Abbr



Capital de Alagoas sedia evento organizado pelo Interlegis, com presença do presidente e do 1º secretário do Senado

Senado promove Fórum de Integração do Legislativo

Com abertura prevista para a manhã de hoje, evento deve orientar vereadores e prefeitos sobre as funções dos parlamentares municipais e dos gestores públicos

COMEÇA HOJE, EM Maceió, capital de Alagoas, a terceira edição do Fórum de Integração do Legislativo. A abertura do evento acontece às 8h30, com a presença do presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, e do 1º secretário, Efraim Morais. Também participarão da abertura do fórum o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas e o presidente da Câmara Municipal de Maceió.

Promovido pelo Senado, por meio da comunidade virtual do Poder Legislativo, o Interlegis, o encontro tem por objetivo orientar vereadores, prefeitos e vice-prefeitos empossados em 2009 sobre as funções de parlamentares municipais e dos gestores públicos.

A programação inclui palestras ministradas por especialistas sobre temas como a representatividade dos municípios na história política do Brasil,

elaboração de orçamentos, obtenção de recursos federais e nepotismo.

As inscrições podem ser feitas no local do evento ou pela internet, no site www.interlegis.gov.br. Nesse endereço também é possível conferir a programação completa do fórum.

Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3303-2556 ou pelo e-mail eventos@interlegis.gov.br.

Audiência deverá ser dispensada no caso de separação consensual

O fim da exigência de audiência de conciliação nos processos de separação judicial e de divórcio consensual é o objetivo de projeto de lei de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador argumenta que "esse procedimento tornou-se uma mera formalidade constrangedora, com pouco ou nenhum resultado efetivo para o casal". Ele afirma que tal exigência está em descompasso com as recentes reformas do Código de Processo Civil (CPC).

Apresentada em março passado, a proposta (PLS 61/08) receberá decisão terminativa na CCJ e tem como relator o senador José Maranhão (PMDB-PB), que já apresentou voto favorável.

O senador observa que isso é necessário porque esses dispositivos legais preveem a audiência de conciliação não apenas para as separações consensuais, mas também para as litigiosas e o divórcio direto.

Ao reiterar que a necessidade dessa audiência está em descompasso com as alterações do CPC, Sérgio Zambiasi cita a modificação realizada por meio da Lei 11.441, de 4 de janeiro de 2007, que permite que divórcios e separações amigáveis de casal sem filhos sejam feitas em cartórios. O senador ressalta que a lei, aprovada pelo Senado em dezembro de 2006, ao simplificar o processo, não previu a exigência de audiência "quando a separação e o divórcio consensual forem realizados por escritura pública".

Outro projeto que dispensa a audiência de conciliação (PL 2.067/07) tramita na Câmara.

Revogação

Zambiasi lembra que a audiência de conciliação – ou "audiência prévia de ratificação" – é um procedimento previsto pelo artigo 1.122 do CPC, que o projeto pretende revogar. Na reunião, a ser realizada logo após a apresentação do pedido de separação, um juiz ouve o casal sobre os motivos da decisão para que, em tese, haja a oportunidade de reconciliação. O juiz também explica as consequências jurídicas do rompimento, como a guarda dos filhos e a divisão dos bens.

A proposição revoga ainda a Lei 968, de 1949, e alguns itens da Lei do Divórcio (6.515/97).

Baixo São Francisco poderá ter universidade



Faltam vagas gratuitas de ensino superior na região, diz Maria do Carmo

A criação da Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede no município de Própria (SE), está prevista em projeto de Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A proposta (PLS 257/06) que autoriza o Poder Executivo a criar a instituição já teve parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e atualmente encontra-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na justificativa, a senadora argumenta que a insuficiência de vagas gratuitas no ensino

superior, ao lado da falta de recursos para o pagamento de anuidade escolar em instituições particulares, tem obrigado muitos estudantes a desistir da formação acadêmica.

Maria do Carmo pondera ainda que uma universidade comprometida com a realidade do Baixo São Francisco pode contribuir para a diversificação da economia e para o desenvolvimento sustentável da região. Dessa forma, completa, pode culminar com o restabelecimento do vigor econômico de Própria e arredores.



Proposta de Sérgio Zambiasi também elimina a audiência para divórcio

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920



Senadora pretende garantir que presas não dividam cela com homens

Roseana: prisão deve ter cela só para mulheres

Com a finalidade de coibir abusos em relação à detenção de presas, a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para garantir às mulheres presas, em qualquer circunstância, o direito de permanecerem recolhidas exclusivamente em cela feminina, de acordo com a natureza do delito, o estado de saúde e a idade.

A proposta (PEC 101/07) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde está pronta para inclusão na pauta de votações. O relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), recomenda a aprovação da matéria.

Roseana Sarney explica, na justificativa da matéria, que a presa condenada já tem direito de cumprir sua pena em presídios femininos, mas, argumenta a senadora, o legislador brasileiro deixou de garantir o mesmo direito – de permanecer em cela exclusivamente feminina – às mulheres detidas enquanto aguardam o julgamento.

Precedente no Pará

De acordo com a senadora, falta um dispositivo constitucional que impeça a ocorrência de abusos em delegacias de polícia. Nesses locais, segundo avalia a autora da PEC, os carcereiros têm demonstrado muita insensatez em relação a mulheres presas ou detidas, conforme caso registrado numa delegacia no Pará, onde uma jovem permaneceu em cela fechada com vários homens, sendo submetida a atos de barbárie e covardia.

Roseana esclarece que a PEC visa garantir que fatos dessa natureza não voltem a ficar impunes, uma vez que determina a permanência das mulheres em cela distinta da ocupada por homens, tanto as condenadas por crimes já julgados, quanto as que forem presas ou detidas pelo órgão policial.

A senadora afirma ainda que a proposta visa assegurar a manutenção da saúde das mulheres presas, evitando riscos trazidos na divisão das celas com mulheres portadoras de doenças infecciosas, como Aids ou tuberculose.

Comissão de Constituição e Justiça examinará proposta do senador Romero Jucá, que defende a aprovação de uma lei que concilie os interesses dos fumantes, não-fumantes e comerciantes que optem por atender a quem fuma

Projeto reforça proibição de cigarros e regulamenta criação de fumódromo

A PROIBIÇÃO DO fumo em ambientes fechados de uso coletivo poderá ganhar um reforço legal, se for aprovado projeto de lei do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que define as condições físicas e técnicas para a criação de áreas destinadas a fumantes. Segundo a proposta, os fumódromos só poderão existir em locais que contenham pelo menos um lado aberto, como varandas e calçadas.

O autor propõe alterações na legislação que dispõe sobre as restrições ao uso e à propagação de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas (Lei 9.294/96) – que já proíbe o fumo em áreas fechadas, exceto em áreas destinadas a fumantes “desde que devidamente isoladas e com arejamento conveniente”.

Ao justificar o projeto (PLS 316/08), Jucá argumenta que o texto legal apresenta uma definição ampla, que “permite interpretações subjetivas, que dificultaria a fiscalização”. Além disso, afirma, não cumpre a finalidade de conciliar interesses e direitos de fumantes, não-fumantes e empreendedores que optarem por atender a



Espaço Fumar, na Câmara dos Deputados: futuros locais fechados para fumantes deverão ter pelo menos um dos lados aberto

quem fuma.

“Não é por outro motivo que, a cada dia, surgem leis, tanto estaduais como municipais, que estabelecem regimento jurídico diverso ao constante na legislação em vigor”, avalia.

Romero Jucá ressalta a necessidade de aperfeiçoamento da lei para melhor adequação às diretrizes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e para “preservar a saúde, segurança, bem-estar e conforto da população brasileira em relação à exposição da fumaça ambiental do tabaco”. O senador lembra ainda que a aprovação

da proposta dará ao Brasil uma legislação nos moldes do que já existe em países como Chile, França, Itália, Portugal e Espanha, que têm adotado “soluções equilibradas no que se refere aos direitos e interesses de fumantes e não-fumantes”.

Barreiras

O projeto tramita juntamente com o PLS 315/08, do senador Tião Viana (PT-AC). Na CCJ, serão relatados pela senadora Marina Silva (PT-AC). A matéria será examinada também na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A proposta veda o uso de cigarros em locais destinados à utilização simultânea de várias pessoas, como prédios comerciais, casas de espetáculos, shoppings, aeroportos e restaurantes. O fumo só será permitido em lugares em que, pelo menos, um dos lados seja aberto em forma de varandas, calçadas ou terraços.

Proprietários de estabelecimentos fechados com área superior a 100m² poderão reservar áreas especiais para fumantes, desde que isoladas por barreira física e equipadas com exaustores que removam o ar para o ambiente externo.

Tuma propõe inserção do tipo sanguíneo em documentos



Segundo Tuma, proposta visa facilitar o socorro a vítimas de acidentes

As certidões de nascimento, as carteiras de identidade e de habilitação, e os documentos emitidos por entidades de classe deverão trazer indicados os tipos sanguíneos do portador. É o que determina projeto (PLS 5/08) do senador Romeu Tuma (PTB-SP) a ser examinado ainda neste primeiro semestre pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator é Cícero Lucena (PSDB-PB).

De acordo com a proposta, a

identificação dos tipos sanguíneos será realizada de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e demais órgãos conveniados. No caso de recém-nascido, a responsabilidade da identificação caberá à unidade de saúde em que ocorrer o parto, também de forma gratuita.

Segundo Tuma, o objetivo da proposição é oferecer aos médicos e equipes de salvamento informações sobre o tipo san-

guíneo ABO e RH de vítimas de acidentes, com destaque para os de trânsito. Com isso, observou o senador, os primeiros socorros seriam feitos com maior segurança, reduzindo assim o número de vítimas fatais.

Caso o projeto venha a ser transformado em lei, os documentos emitidos antes da vigência da norma poderão ser substituídos, a critério do titular, com exceção, é claro, da certidão de nascimento.

Diabético aposentado poderá ser isento do IR

Os proventos de aposentadoria ou reforma dos portadores de diabetes melito poderão ser isentos do Imposto de Renda (IR), conforme estabelece projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tem como relator Papaléo Paes (PSDB-AP).

A proposta altera dispositivo de legislação do Imposto de Renda, a fim de incluir o diabetes melito entre as enfermidades que garantem ao aposentado isenção sobre seus proventos.

De acordo com a norma legal, entre as pessoas que já têm di-

reito a esse tipo de isenção estão os aposentados por acidente em serviço e os portadores de moléstia profissional, além dos portadores de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave e doença de Parkinson.

Renan explica, em defesa do projeto do Senado (PLS 390/08), que a medida destina-se a ajudar no custeio do tratamento e que a concessão é justificada pelo fato de a doença limitar a força produtiva dos portadores de diabetes melito, além de

aumentar os gastos pessoais e familiares com saúde.

– A isenção do Imposto de Renda para portadores de diabetes é uma antiga reivindicação de entidades e organizações não-governamentais ligadas ao diabetes que se justifica perfeitamente. O diabetes melito ou *mellitus* é uma das doenças de maior prevalência no mundo, com tendência a agravar-se com o avançar da idade – explica o parlamentar.

Renan cita dados do Ministério da Saúde para lembrar que o diabetes é responsável por 25 mil óbitos anualmente no país, onde 11 milhões de brasileiros



Projeto de Renan será examinado na CAS e na CAE antes de ir ao Plenário

são portadores da doença, ainda que somente a metade saiba que tem a enfermidade. Após a votação na CAS, o projeto será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir ao Plenário.

Ampliação do seguro-desemprego, suspensão automática de contrato de trabalho e redução da multa em caso de demissão são algumas propostas

Senadores têm projetos para conter demissões

DEZENAS DE PROJETOS que estão no Senado, se transformados em lei, poderão amenizar a situação dos trabalhadores ou das empresas afetadas pela crise econômico-financeira. Alguns deles buscam aumentar o número de parcelas do seguro-desemprego, permitem às empresas suspender o contrato de trabalho de empregados por alguns meses e reduzem a multa de 40% que o patrão deve pagar quando demite um funcionário sem justa causa.

Mais de 30 matérias promovem mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou na legislação que regulamenta o seguro-desemprego. O senador Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, tem proposta (PLS 127/06) para aumentar para 12 o número de parcelas do seguro-desemprego pagas a trabalhadores demitidos sem justa causa – a lei atual prevê no mínimo três parcelas e, no máximo, cinco. O valor vai de R\$ 415 a R\$ 776,46.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) pretende oferecer seguro-desemprego de sete meses a trabalhadores responsáveis por pessoas portadoras de deficiências (PLS 668/07). Uma proposta do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) quer estender para oito meses o seguro pago a trabalhadores que perderem emprego como resultado das ações do governo de combate ao desmatamento na Amazônia (fechamento de serrarias).

Paulo Paim busca ainda (PLS 246/07) criar um Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FAT Rural), destinado a bancar situações de dificuldades dos trabalhadores do campo. Por sua vez, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) tem projeto (PLS 477/03)



Sofronio/Divulgação

Comissões do Senado reúnem cerca de 40 propostas que mudam relação entre empresas e empregados. Parte beneficia trabalhadores e parte diminui encargos sociais

que torna obrigatória inclusão das empregadas domésticas no FGTS.

Jornada mais curta

Se já tivesse sido aprovado um projeto (PLS 76/05) de Jefferson Péres (PDT-AM), senador que morreu no ano passado, empresas afetadas pela crise poderiam suspender os contratos de trabalho de empregados por um período de dois a cinco meses, sem necessidade de aprovação do sindicato da categoria, como prevê a atual legislação. Mais: os patrões não teriam de pagar encargos sociais nessa fase.

Cerca de 40 projetos que tramitam nas comissões do Senado

fazem mudanças nas relações entre empresas e empregados. Boa parte procura beneficiar os trabalhadores, enquanto alguns querem diminuir custos para os patrões.

Um projeto (PLS 292/04) do senador licenciado Edison Lobão (PMDB-MA), por exemplo, reduz no tempo a multa de 40% sobre o saldo de FGTS que o patrão paga ao demitir sem justa causa. A multa continuaria em 40% se o empregado fosse despedido no primeiro ano, mas seria reduzida para 20% caso o empregado tivesse entre 12 e 24 meses de casa. Para contratações superiores a dois anos, a multa ficaria em 10%.

Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pretende instituir uma gratificação de 5% sobre os salários para trabalhadores a cada três anos de serviço na mesma empresa. Outros projetos buscam reduzir o número máximo de horas semanais trabalhadas. Paulo Paim pretende diminuir (PLS 254/05) de oito para seis horas a carga de trabalho diária no país. O senador também propõe (PEC 75/03 e PLS 64/03) reduzir de 44 horas para 40 ou para 36 horas o trabalho semanal. Ele entende que diminuir a jornada significa abrir vagas de emprego.

Curiosidade: ainda tramita no Senado a Medida Provisória

2.164/01, assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que modificou vários pontos da CLT, incluindo a suspensão do contrato de trabalho para funcionários que frequentarem cursos de qualificação profissional. A MP regulou ainda o regime de tempo parcial, pelo qual o empregado trabalha no máximo 25 horas semanais. Desde a promulgação da Emenda Constitucional 32/01, toda medida provisória deve ser votada em 120 dias pelo Congresso, ou perde eficácia. Cerca de 50 MPs anteriores não foram examinadas e continuam na pauta dos congressistas.

Proposta sobre inelegibilidades está pronta para ser votada em Plenário

Já estão prontos para serem incluídos na ordem do dia do Plenário oito projetos de lei (PLS) de autoria de senadores. A votação que pode gerar mais polêmica é a da proposta que trata das inelegibilidades.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apresentou parecer favorável ao texto substitutivo do relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), ao PLS 390/05, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O parecer – já aprovado na CCJ – foi construído a partir de 22 projetos, em tramitação conjunta, que alteram a Lei Complementar 64/90, conhecida como Lei Eleitoral.

Também está pronto para ser votado o substitutivo do relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE),

ao projeto (PLS 217/08), de Demostenes Torres, que altera a Lei 8.625/93, que é a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais. O objetivo da proposta é que, ao menos uma vez por ano, sejam realizadas audiências públicas, precedidas de ampla divulgação. Para o senador, a simples previsão, e não obrigação, das audiências prevista na lei revelou-se sem força motivadora para garantir a interação entre o órgão e a sociedade brasileira.

Pronto para ser incluído na ordem do dia, requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) solicita o desamparamento do Projeto de Lei da

Câmara 82/06, que tramita em conjunto com o PLS 3/07, do senador Osmar Dias (PDT-PR), e o PLS 153/07, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). As propostas tratam da organização das cooperativas.

O Plenário deverá votar também requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pedindo o desamparamento do PLS 254/06, que tramita em conjunto com o PLS 44/06

e o PLS 110/06. Será igualmente examinado requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado 312/07, 25, 44, 110, 221 e 268, de 2006, por versarem sobre

o mesmo assunto. As matérias alteram a Lei 11.284/06, referente ao Plano Anual de Outorga Florestal (Paof).

Outro requerimento a ser votado, do senador Jarbas Vasconcelos, pede que projeto de sua autoria (PLS 230/08), tornando a educação o eixo primordial da ressocialização de presos, tramite conjuntamente com o PLS 164/07, do senador Aloizio

Mercadante (PT-SP), e o PLS 265/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ambas as matérias alteram a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para diminuir a pena dos condenados que estudam.

As demais matérias para votação ou têm parecer contrário ou pela prejudicialidade. O PLS 277/03 inclui 58 municípios de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO). A matéria recebeu parecer contrário na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Tem parecer pela prejudicialidade o PLS 106/04, de Roseana Sarney (PMDB-MA), que regula a concessão de incentivos para viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país. A matéria foi aprovada na CCJ, mas obteve parecer pelo arquivamento na Comissão de Educação.

Senadores devem também examinar projeto que altera a Lei Orgânica do Ministério Público